

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**UMA DISCUSSÃO SOBRE A OCORRÊNCIA DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO  
BRASIL**

**CURITIBA  
2012**

**MARICÉA APARECIDA CEZÁRIO**

**UMA DISCUSSÃO SOBRE A OCORRÊNCIA DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO  
BRASIL**

Trabalho acadêmico apresentado como requisito à obtenção da Pós Graduação do curso de Especialização em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná.

Professor Doutor Marcelo Luiz Curado.

**CURITIBA  
2012**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus que está acima de todas as coisas. Em especial a meu marido José Luiz Cezário que me apoiou durante o período das aulas da Pós-Graduação e cuidou de nossos filhos Arthur Antônio e Gabriel Vitor suprimindo a minha ausência.

A meu orientador, Professor Doutor Marcelo Luiz Curado. Sinto – me pequena diante de seu conhecimento, porém seu incentivo clareou o caminho para que eu pudesse passar com segurança.

E a meus colegas de curso Fabiano Camargo da Silva, Luciano Ferreira e Wilson de Oliveira Franco Carneiro Neto, seu apoio e compreensão tornaram o caminho mais fácil, eu não teria conseguido sem vocês.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço o apoio de meu marido José Luiz Cezário e o incentivo que me deu durante minha pós-graduação sempre acreditando em meu potencial.

Ao Professor Doutor Marcelo Luiz Curado pela dedicação e ajuda durante a construção deste trabalho, foi fundamental seu direcionamento para que eu conseguisse um norte.

## EPÍGRAFE

“O verdadeiro objetivo da indústria não é o lucro: o Empresário deve sempre se propor a produzir bens e serviços úteis... a negação dessa ideia é a especulação”. (Henry Ford).

## RESUMO

O Trabalho relembra o processo de industrialização no Brasil desde a indústria nascente até a atualidade, apontando fatores importantes e mudanças na economia. No segundo capítulo a pesquisa apresenta discussão sobre o fenômeno desindustrialização, comentado por Oreiro e Feijó (2010) e Nassif (2006). Os autores identificam o processo de desindustrialização como uma combinação de fatores onde são apontados a participação da indústria no PIB e o nível do emprego como principais fatores de estudo para mensurar a existência do fenômeno. Devido várias mudanças na forma de cálculo do PIB e na maneira de condução das políticas econômicas, os autores não conseguem chegar a um consenso sobre o acontecimento da desindustrialização no Brasil na atualidade. A discussão sugere que são necessários mais estudos e pesquisas para identificar a ação deste fenômeno no caso brasileiro no atual cenário.

Palavras-Chave: Indústria; Serviços; Desindustrialização; Produto e Emprego.

## **ABSTRACT**

The work recalls the process of industrialization in Brazil since the infant industry until today, pointing important factors and changes in the economy. The second chapter presents the research discussion on the phenomenon deindustrialization, commented by Oreiro and Feijó (2010) and Nassif (2006). The authors identify the process of de-industrialization as a combination of factors which are pointed to involvement of industry in GDP and in employment as main factors study to measure the existence of the phenomenon. Due to various changes in the way of calculating GDP and manner of conduct of economic policies, the authors fail to reach a consensus on the event of deindustrialization in Brazil today. The discussion suggests that further studies to identify the action of this phenomenon in the Brazilian case in the current scenario.

Keywords: Industry; Services; Deindustrialization; Product and Employment.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO I: Movimento de Capitais Estrangeiros Diretos No Brasil .....	14
QUADRO II: Produto e Inflação: 1964-1968 (%) .....	16
GRÁFICO 1: Taxas de Crescimento da Indústria em % (1974-1979).....	18
QUADRO 3: Taxa de Crescimento do PIB e da Indústria- % a.a. ....	18
GRÁFICO 2: A Indústria de Transformação .....	27
GRAFICO 3: O Setor de Serviços .....	28
GRÁFICO 4: A Indústria e o Nível de Emprego .....	29
FIGURA 1: Crise na Indústria.....	31
GRÁFICO 5: Consumo das Famílias .....	35
GRÁFICO 6: Atividade na Indústria e Serviços. ....	36

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>10</b>
<b>2 DESINDUSTRIALIZAÇÃO: DEBATE ATUAL.....</b>	<b>22</b>
<b>3 O CASO BRASILEIRO .....</b>	<b>27</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre o processo de desindustrialização no Brasil. O tema em questão tem sido estudado devido à participação da indústria no nível de emprego e no PIB ter diminuído em alguns períodos em que o setor de serviços se destacou. O trabalho relembra o processo de industrialização no Brasil de forma cronológica, mostrando os acontecimentos ao longo dos anos desde a indústria nascente até a atualidade apoiada no desenvolvimento tecnológico.

A pesquisa foi dividida em três capítulos e em seguida a conclusão, sendo que após essa introdução no primeiro capítulo se apresenta o Processo de Industrialização no Brasil, apoiado na literatura nacional tendo como base, Furtado (2008), Bresser Pereira (1985), Serra (1982) entre outros. No segundo capítulo acontece uma comparação entre opiniões divergentes sobre o assunto, onde Oreiro e Feijó (2010) acreditam na existência do processo de desindustrialização e Nassif (2006) não está convencido deste acontecimento.

No terceiro capítulo o trabalho apresenta informações do momento atual, e opiniões sobre o fenômeno de desindustrialização.

Por fim, após confrontar as opiniões de Oreiro e Feijó (2010) com a opinião de Nassif (2006), a conclusão apresenta se existe ou não evidência do processo de desindustrialização no Brasil e a relevância deste processo para o crescimento e desenvolvimento no longo prazo com base nos estudos dos autores pesquisados.

## 1 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

A indústria de manufaturas teve seu início na metade do século XIX, porém foi apenas no século XX que passou a ter papel significativo na economia brasileira. Antes do surgimento da indústria o Brasil era um país agrícola mantido pelo trabalho escravo e posteriormente por imigrantes. A produção agrícola era destinada à exportação na forma primária, entre os produtos exportados estavam o pau Brasil, algodão, cacau, fumo, ouro, borracha, açúcar e o café.

As exportações dos produtos primários até o ano de 1822 tinha caráter mercantilista com os portugueses, que compravam os produtos brasileiros e vendiam para o Brasil produtos industrializados por eles e pelos ingleses impedindo também qualquer possibilidade de industrialização no Brasil ou aprimoramento de conhecimentos através de curso superior. Esse cenário perdurou até a vinda da Corte Portuguesa que em sua permanência no Brasil começou a organizar o comércio de forma a favorecer o país, após a independência, mas ainda com regime monárquico que durou até 1889 a sociedade rural já estava organizada com livre comércio. (Baer 1985, p. 6).

Dentre os produtos exportados, o que apresentou maior importância foi o café, produto produzido com mão de obra escrava que foi posteriormente proibida e em 1888 substituída pelo trabalho dos imigrantes italianos, o café apresentava demanda mundial, até a segunda Guerra e manteve-se como o principal produto produzido no Brasil.

No pós-guerra a demanda pelos produtos brasileiros diminuiu e isso causou dificuldades no setor externo da economia, esse foi um dos motivos que ocasionaram esforços na industrialização do país, pois segundo Baer "... os responsáveis pelo país... (teriam) se tornado conscientes de que, no futuro, o Brasil não poderia alcançar elevado ritmo de crescimento se continuasse a se apoiar basicamente na exportação de seus principais produtos primários cujo mercado mundial estava em retração." (Baer 1985, p. 29).

O pós-guerra além de reduzir a demanda por nossos produtos primários também afetou o comércio mundial de forma a reduzir as importações dos produtos manufaturados que o Brasil necessitava para suprir a demanda interna, exemplo produtos têxteis. A implantação da indústria no Brasil se fazia necessária e urgente tanto para amparar a economia como para suprir a demanda interna de produtos

básicos como o vestuário, pois além da população local, os imigrantes italianos que recebiam por seu trabalho desejavam consumir, diferente da situação dos negros que como escravos não tinham direito a salários e recebiam vestimentas rústicas periodicamente de seus senhores. Ao final da guerra o Brasil era considerado um dos maiores exportadores de tecido do mundo.

O estado realizou investimentos importantes para fomentar a indústria, segundo Bresser Pereira o primeiro governo Vargas tomou várias medidas em favor da industrialização como a criação da usina de Volta Redonda no final da década de 1930, período importante marcado com a revolução de 30 onde foram "... estabelecidas condições políticas necessárias para a Revolução Industrial Brasileira." (Bresser Pereira 1985, p. 32).

Estatais foram criadas devido à necessidade de se produzir aço, ferro, cimento e produtos derivados da indústria siderúrgica, e o capital privado não alcançava tal montante, por isso houve a intervenção do governo para criar empresas desse porte.

O lucro acumulado pelos produtores agrícolas, associado ao capital estrangeiro, teve papel fundamental na construção das primeiras ferrovias que ajudavam a escoar a safra de grãos para a região portuária. Produtos agrícolas dependem de muitas variáveis, dentre elas as condições do solo, que com o passar do tempo vai ficando enfraquecido e pouco produtivo obrigando os produtores a buscarem terras mais férteis para manter a qualidade da produção. Essa mudança das plantações afastava cada vez mais as lavouras da região portuária, dificultando o transporte que era realizado com a ajuda de animais. Com a construção das ferrovias o transporte da safra passou a ser realizado por trens de carga evitando assim o desperdício que acontecia quando os grãos eram transportados por animais, sem mencionar a redução do tempo para a chegada ao destino.

Com a dificuldade na importação de produtos vindos do exterior, a indústria brasileira não só precisou suprir a demanda interna de produtos manufaturados, como teve a oportunidade de exportar parte dessa produção ainda por consequência da Guerra. No aspecto comercial a Guerra apresentou resultado positivo no que se refere à exportação, pois produtos que já não eram tão importantes na pauta de exportação como diamantes industriais, quartzo, mica e borracha voltaram a ter importância e o Brasil ainda acrescentou produtos manufaturados em suas exportações.

Segundo Furtado outro aspecto positivo aconteceu a favor da industrialização, o governo brasileiro praticava política cambial com interesse em combater o aumento de preços, essa política de câmbio seletivo reduzia a importação de manufaturados de consumo e favorecia a entrada de bens de capital e matérias-primas. “O setor industrial era assim favorecido duplamente: por um lado, porque a possibilidade de concorrência externa se reduzia ao mínimo através do controle das importações; por outro, porque as matérias-primas e os equipamentos podiam ser adquiridos a preços relativamente baixos.” (Furtado 2008, p. 304).

Durante essa prática o setor industrial na medida de suas possibilidades de investimento comprou máquinas e equipamentos importados e também matéria-prima necessária para produzir manufaturas em uma proporção muito significativa. Segundo Furtado no período de 1945 a 1951 foi registrado um percentual de 338 por cento de crescimento nas importações de produtos destinados a indústria. (Furtado 2008, p. 304).

Sobre os produtos manufaturados importados as mudanças no percentual também foram visíveis, no período de 1938 a 1939 representavam aproximadamente 11 por cento do valor das importações, em 1947 passaram a representar mais de 13 por cento e após o câmbio seletivo o percentual reduziu para 7 por cento em 1950. (Furtado 2008, p. 306).

Serra também destaca esse crescimento com muita importância devido o crescimento do PIB que ultrapassava 7 por cento ao ano chegando a 9 por cento em alguns momentos, isso correspondia a dobrar o volume a cada dez anos, e no longo prazo, a soma deste aumento no período de 1945 a 1980 isso significou aumento de mais de dez vezes o valor inicial. (Serra, 1982, p. 6).

O setor industrial passou a ser observado com muito interesse pelos capitalistas do setor agropecuário, lucros reservados para investimentos futuros em novas plantações de grãos acabaram sendo injetados no setor industrial, este absorvia grandes quantidades de investimentos, pois a política cambial favorecia o aumento da produtividade baixando os preços dos equipamentos e praticando protecionismo em relação ao preço de concorrentes externos, o cenário foi de ascensão da indústria com o consentimento e ajuda do estado.

Furtado afirma essa ascensão da seguinte maneira:

A política cambial acompanhada de controle seletivo de importações resultou, destarte, não somente em concentração, na mão do empresário industrial, de parte substancial do aumento de

renda de que se beneficiava a economia, mas também em ampliação das oportunidades de inversões que se apresentavam a esse empresário (Furtado 2008, p. 309).

Esse resultado porém ainda não era satisfatório, pois o processo de substituição de importação neste período era frágil e não conseguia atender a demanda interna com a mesma agilidade dos produtos importados, a infra-estrutura doméstica ainda pequena precisava ser ampliada e esse projeto de criar a indústria de base precisava de capital elevado, só podendo contar com o estado ou capital internacional, pois o capital doméstico privado não alcançava tal magnitude.

Segundo Serra, o papel do Estado foi em forma de impulso a industrialização, seu papel foi equilibrar as deficiências da criação da indústria, o Estado atuou ajudando com recursos monetários, de forma física, controle do mercado de trabalho, colocou a disposição bens públicos e secretarias que auxiliaram a criação da indústria, criação da infra-estrutura para fornecer insumos e matéria prima para a indústria pesada e articulou e regulou os investimentos estrangeiros e do capital privado, essa atitude assegurou um equilíbrio no Balanço de Pagamentos, e pulverizou os riscos, não deixando que só o Estado, ou o capital privado ou o estrangeiro ficassem comprometidos.

As condições necessárias para que essa união acontecesse de forma ordenada, dividindo claramente as obrigações e responsabilidade fez do estado segundo Serra "... o papel de principal instrumento de centralização financeira, coordenação dos grandes blocos de investimento, construtor de infra-estrutura e produtor de matérias-primas e insumos básicos." (Serra 1982, p. 17).

Após o governo tomar a frente, o desenvolvimento industrial brasileiro aconteceu amparado por políticas de protecionismo em relação à indústria nacional, barreiras cambiais e tarifas a entrada de produtos importados já produzidos no Brasil e leilões de divisas. Essas medidas fizeram com que os produtores externos optassem em realizar investimentos direcionados ao setor público que utilizou esses recursos principalmente na área de transporte e comércio e também deixou de arcar sozinho com o volumoso ônus gerado pelo processo de industrialização. Essas regras foram instituídas através da instrução de número 70 da SUMOC, o Banco Central da época e vigorou no período de 1953-1957.

Esse cenário posteriormente composto por estímulos governamentais (SUMOC instrução 113 que oferecia licença de importação para máquinas e

equipamentos de bens de produção sem cobertura cambial que não comprometia o resultado do Balanço de Pagamentos, pois eram creditadas como importação das empresas sem reservas e com taxa livre de câmbio), atraiu um volume significativo de investimentos no Brasil, conforme podemos visualizar no quadro I.

QUADRO I: Movimento de Capitais Estrangeiros Diretos No Brasil  
(Valores em milhões de dólares)

Períodos	Entrada	Lucros Remetidos	Saldo
1947-1953	97	327	(230)
1954-1961	721	269	152

Fonte: SUMOC apud Bresser Pereira. (1985 p. 49).

Segundo Bresser Pereira a política industrializante do Governo Federal em conjunto com o capital estrangeiro consolidaram um grande desenvolvimento industrial no setor manufatureiro. O saldo positivo registrado no período de 1954-1961 foi a prova de que a articulação do Estado apresentou resultados positivos. (Pereira 1985, p. 49).

E após o café fomentar a indústria nascente (1860-1930), o governo Vargas ligar a economia agrária exportadora à nova indústria (1930-1954), o período seguinte (1955-1964) a economia agrária passou definitivamente o comando para a indústria, mas continuou sendo o principal gerador de renda, porém era a indústria que atraía o capital estrangeiro.

Para consolidar de forma segura essas mudanças foi preciso que o Estado formulasse medidas/planos com a intenção de direcionar a economia agora industrializada em um caminho seguro, estimulando o investimento. Para que isso fosse possível, a “mão” do Estado, praticamente “visível” colocou em prática o Plano de Metas considerado um dos mais completos até o momento, pois o crescimento econômico foi acelerado com a criação do Conselho de Desenvolvimento que atuou junto às áreas de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. O destaque dessa intervenção ficou com a ampliação da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional e da Petrobrás.

A criação deste conselho gerou pressão inflacionária devido seu financiamento ter ocorrido com gastos públicos e emissão de moeda, o Plano de Metas foi basicamente financiado pelos recursos do governo, porém esse esforço gerou de 1947 a 1980 não só crescimento, mas mudanças na estrutura produtiva e inserção da indústria. Segundo Serra, "... a indústria brasileira sofreu transformações estruturais decisivas. Esse avanço foi realizado sob impulso do Plano de Metas do governo Kubitschek (1956-1960)..." (Serra, 1982, p.23).

Todo esse engajamento governamental trouxe o investimento estrangeiro para produzir na indústria automobilística, vista pelo governo como uma grande fonte de emprego e renda devido à movimentação de cadeias produtivas que essa indústria proporciona, pois além de toda a matéria prima para a produção de um veículo, ela continua a geração de renda através do processo de pós-venda, por meio de oficinas, manutenção, acessórios, combustíveis entre outros.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. Também enfatizam a importância da indústria automobilística no plano de metas da seguinte maneira: "O principal objetivo do plano era estabelecer as bases de uma economia industrial madura no país, especialmente aprofundando o setor produto de bens de consumo duráveis, por exemplo, a indústria automobilística." (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. 2011 p. 365).

Durante o Plano de Metas, o setor agrícola manteve seu crescimento na casa de 4,5 por cento ao ano, mantendo os processos de trabalho e exploração da terra sem nenhuma modificação. Segundo Serra, esse setor permaneceu marginalizado durante a ação do Plano de Metas. (Serra, 1982, p. 26).

Esses processos finalizaram o governo de Juscelino Kubitschek (1961) deixando inflação, indisciplina fiscal e problemas no Balanço de Pagamento. O desafio seguinte seria conter o fenômeno inflacionário e ajustar as contas do governo para não prejudicar os avanços conquistados, e neste momento, o investimento estrangeiro não tinha só destino ao setor público, mas investimento maciço no setor industrial.

Segundo Bresser Pereira no período de (1940-1961), devido à revolução industrial o Produto Brasileiro cresceu 232 por cento e o PIB *per capita* cresceu 86 por cento. Esse processo de desenvolvimento econômico ocorreu devido à industrialização que entre (1930-1961) cresceu 683 por cento que ocorreu com a

substituição de importações limitando a capacidade de importar. (Bresser Pereira 1985, p. 53).

Na sequência uma política restritiva foi implantada com a instrução 204 da SUMOC, onde substituiu o regime de câmbio, e colocou em prática o controle de liquidez política anti-inflacionária. Vários planos foram colocados em prática na sequência com o objetivo de conter a inflação e dar continuidade ao crescimento e o desenvolvimento econômico. O PAEG – Plano de Ação Econômico do Governo, foi um plano com duas linhas, visava combater a inflação e realizar reformas estruturais, como ajuste fiscal com o aumento da arrecadação tributária, tarifas públicas e corte de gastos. O PAEG amenizou a inflação, conteve salários e desacelerou o crescimento. Esse período também foi marcado com a substituição da SUMOC pelo Banco Central criado em 1964 e a partir de 1965 começou a injetar recursos no sistema financeiro nacional com o objetivo de expandir e regular o crédito, algo importante para expandir a produção.

No ano de 1966 o Governo Federal passou a emitir títulos públicos com taxas atrativas superiores ao resto do mercado, a venda dos títulos fez com que o Estado obtivesse receita sem emissão de moeda, a entrada deste capital ajudou a financiar a dívida pública e criar poupança, mesmo que externa, ajudou na expansão da indústria de bens de consumo durável que passou de 5,0 por cento em 1964 a 14,2 por cento em 1968 conforme mostra o quadro II.

QUADRO II: Produto e Inflação: 1964-1968 (%)

Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento da Produção Industrial (%)	Taxa de Inflação (IGP-DI) (%)
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	(4,7)	65,7
1966	6,7	11,7	41,3
1967	4,2	2,2	30,4
1968	9,8	14,2	22,0

Fonte: Abreu (1990) apud Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2011).

O período seguinte que durou de 1968 até 1973 conhecido como o Milagre, foi marcado com o crescimento do PIB que em 1973 alcançou 14 por cento de

crescimento efetivo, livre de inflação. O crédito facilitado e o emprego abundante fizeram com que a população conseguisse comprar bens de consumo duráveis de forma parcelada com crédito regulado, mas, porém facilitado.

Com o crédito facilitado e o trabalhador tendo acesso a compras parceladas a indústria produz em grande quantidade para atender tal demanda, porém o perfil da época possuía o chão da fábrica abarrotado de pessoas realizando produção em série dividida em setores com pouca tecnologia e muita mão de obra. Segundo Gremaud, Vasconcelos e Toneto Jr. Esse fenômeno desordenado se deu devido à extensão do “período de tempo de proteção, sem efetivamente se ajustarem à concorrência.” (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. 2011 p. 361).

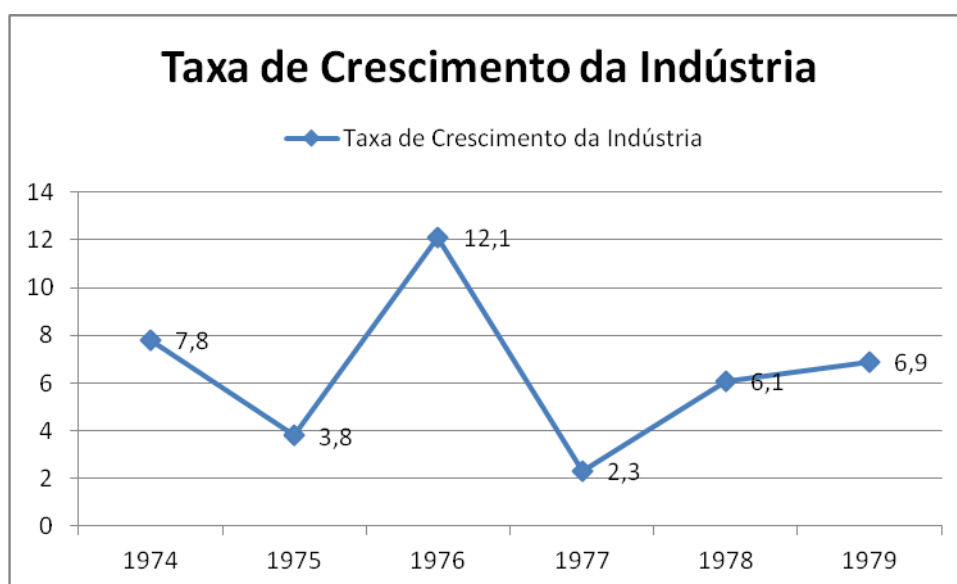
O crescimento neste período aconteceu com a retomada do investimento público em infra-estrutura, realizado com o endividamento público, a demanda por bens duráveis devido a facilidade do crédito, aumento de investimento nas estatais, entre elas Petrobrás e Vale do Rio Doce, o crescimento da taxa da construção civil que aumentou a base de 15% ao ano e o crescimento do comércio mundial aumentando as exportações.

O ano seguinte, a partir de 1974 foi marcado com as consequências deixadas pelo período do milagre, a dependência do capital estrangeiro devido as importações e constantes empréstimos, dependência de petróleo e aumento da dívida com o choque do petróleo. As políticas fiscal e monetária passaram por ajustamentos de ordem contracionista para conter os déficits em Transações Correntes no Balanço de Pagamentos devido ao saldo negativo da Balança Comercial. Houve desaceleração brusca na taxa de crescimento para conter as importações.

Foi com este cenário que o II PND foi anunciado, o desequilíbrio causado pelo rápido crescimento econômico no período do Milagre precisava ser corrigido e o ajustamento foi a escolha para controlar a demanda por liquidez, porém posteriormente essa estratégia precisou ser substituída por financiamento para dar continuidade ao processo de desenvolvimento, o II PND foi a resposta para equilibrar o financiamento e o ajustamento, desta forma foi possível realizar um trabalho de “ajuste na estrutura de oferta de longo prazo, simultaneamente à manutenção do crescimento econômico. Assim, mantinha a economia funcionando em ritmo de marcha forçada”. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. 2001, p. 401).

A meta do II PND era manter o crescimento econômico em torno de 10 % ao ano e o da indústria em aproximadamente 12 % ao ano, porém o crescimento industrial não aconteceu desta forma conforme podemos visualizar no gráfico 1:

GRÁFICO 1: Taxas de Crescimento da Indústria em % (1974-1979).



Fonte: IBGE

O gráfico 1 demonstra a evolução anual do crescimento da indústria em percentual, onde 1976 teve o maior resultado apresentando 12,1 %, este foi o único ano no período em que a meta foi alcançada e o percentual do PIB também ficou abaixo dos anos anteriores. No quadro 3 pode-se visualizar com detalhes o resultado de cada ano no período.

QUADRO 3: Taxa de Crescimento do PIB e da Indústria- % a.a. (1974-1979).

Ano	PIB	Indústria
1974	9,0	7,8
1975	5,2	3,8
1976	9,8	12,1
1977	4,6	2,3
1978	4,8	6,1
1979	7,2	6,9

Fonte: IBGE.

A década de 1970 termina com resultado inferior ao almejado, o endividamento do Estado foi maior do que a capacidade de poupar da sociedade, a escolha de ajustamento mostrou que não poderia reduzir dívidas, o protecionismo retardou a indústria diante da concorrência externa e as estatais, ao contrário do que o Estado pensava, não era a única solução para resolver os problemas de estrangulamento na produção, além de insumos e energia era preciso desenvolver tecnologicamente o setor industrial, protegê-lo não foi o suficiente.

Um novo choque do petróleo em 1979 fez com que a dificuldade em reverter o endividamento externo ficasse ainda mais difícil, as condições internacionais de financiamento da dívida apresentavam taxas de juros muito altas e isso só fez crescer o endividamento. Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr “... a inflação em 1979 saltou para os 77% ao ano com tendência aceleracionista;” (2011, p. 406).

Os anos seguintes foram de Balanço de Pagamentos em alerta, o endividamento crescente já não tinha a finalidade de manter o nível de consumo, este já estagnado, pois a capacidade de endividamento das famílias já se encontrava em nível máximo, segundo Bresser Pereira “O Brasil se endividava quase exclusivamente para pagar juros.” (Pereira, 1985, p. 231).

Segundo Castro e Souza, o caminho certo para sair deste cenário implicava não somente em ajustar as contas através de exportações, estímulos e captação de recursos por meio de empréstimos, para eles “... o eixo da política econômica residiria nos meios e medidas destinados a recondicionar o aparelho produtivo.” (Castro e Souza, 2008, p. 53).

Para Castro e Souza a economia brasileira em 1980 tinha características da década de 1950, era preciso parar de olhar para a indústria doméstica como indústria nascente, já era passado o momento de deixar o mercado/concorrência ajustar o amadurecimento do setor industrial, o estado fez a sua parte com a criação das estatais, agora era preciso “... eliminação de subsídios e redução da intervenção direta e indireta do governo na economia”, desta forma o país caminharia na direção de um outro patamar tecnológico. (Castro e Souza, 2008, p. 55).

Resumindo a grosso modo, o café fomentou a indústria nascente, o Estado amparou financeiramente as necessidades de insumos e base para que o setor industrial pudesse começar a produzir, os subsídios e as taxas de câmbio seletivo trouxeram as máquinas e ferramentas para que as manufaturas fossem produzidas com mais refino, o protecionismo e o processo de substituição de importações

estimularam a produção de bens duráveis para consumo interno e importação durante períodos em que o resto do mundo passou por crises e choques.

Uma visão rápida mostra um aparente equilíbrio nos acontecimentos, porém nos bastidores de todos esses anos, o Estado se endividou para fomentar o processo de industrialização e investiu em tal proporção em que as famílias não alcançavam poupar e nem consumir. Ajustes, planos, minidesvalorizações, somente postergaram o refinanciamento das dívidas internas e externas. Fora este problema colossal ainda era preciso conter o fenômeno inflacionário, cambial e creditício.

Com a atenção voltada em realinhar as contas do governo para poder prosseguir com os planos de desenvolvimento, o Estado passou a década de 1980 tentando controlar a inflação, que segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. Na década de 1980 a aceleração inflacionária alcançou a casa de 100% ao ano devido o aumento dos preços públicos, da semestralidade salarial e da maxi-desvalorização do câmbio que fez com que o preço dos produtos importados aumentassem. (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. 2001, p. 407.).

O Brasil cresceu de forma vultosa durante o Milagre e com moderação no período do II PND com os preços do petróleo em tendência de alta e o grau de endividamento afetando a economia de modo geral. O período de 1968 até 1978 foi um marco no crescimento da dívida externa que passou de 3,8 bilhões de dólares para 43,5 bilhões, foi com a maior alta do endividamento externo que a década de 1980 se iniciou, uma fragilidade imensa no Balanço de Pagamentos que foi considerada a prioridade do momento. Sem sanar este crítico problema o desenvolvimento passou a andar em passos lentos em relação ao restante do mundo. Segundo Castro e Souza, "... o crescimento, ainda quando veloz, era tecnologicamente passivo. E a aceleração do crescimento na fase do milagre (1968/1973), longe de negar, tornou ainda mais nítidas estas limitações." (Castro e Souza, 2008, p. 78).

Os anos seguintes, a partir de 1980, foram marcados por planos heterodoxos intercalados por períodos de controle ortodoxo. Na trajetória dos planos Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I e II (1990 e 1991) e Real (1994), houveram tentativas de controle da inflação, e foram consecutivamente sendo corrigidos, tratando suas fraquezas e preservando os pontos fortes até que no plano Real os objetivos de controle da inflação foram atingidos de forma satisfatória.

Após todos esses anos com insucessos em série tentando tratar o fenômeno inflacionário para retomar os planos de crescimento e desenvolvimento, o Brasil ficou atrasado no desenvolvimento tecnológico o colocando em posição delicada diante da indústria do resto do mundo. Após a moratória no governo Sarney em fevereiro de 1987 e o confisco de liquidez no governo Collor em 1990 fizeram aumentar a desconfiança dos investidores externos e comprometeram o estímulo ao investimento do capitalista interno, ao trabalhador sobrou o desemprego e a insegurança em consumir.

Esta década foi marcada como a década perdida, devido o grau de endividamento do país, o serviço da dívida segundo Castro e Souza, comprometia 38% do valor das exportações, no final do ano de 1984 o valor da dívida externa bruta chegou a 99,9 bilhões de dólares que correspondeu a 47% do valor do PIB daquele ano. (Castro e Souza, 2008, p.144).

A trajetória da indústria no Brasil foi marcada com a presença do Estado e por investimentos externos inicialmente voltados diretamente ao setor público e posteriormente às empresas privadas. A indústria automobilística desde a sua chegada ao Brasil até a atualidade tem significativa importância na cadeia produtiva do país devido os vários setores de produção que ela movimenta. As grandes estatais erguidas pelo estado tiveram papel fundamental para que o setor industrial pudesse se expandir devido à necessidade de insumos e produtos de base.

O endividamento do país comprometeu o desenvolvimento e os avanços tecnológicos durante a década de 1980 tendo suas consequências estendidas por vários anos.

O capítulo seguinte, apresenta discussão sobre outro fenômeno tão importante quanto desenvolvimento e expansão da indústria, trata-se do fenômeno de desindustrialização no país, reflexo da importância da indústria no PIB e sua participação no nível de emprego.

## 2 DESINDUSTRIALIZAÇÃO: DEBATE ATUAL

O presente capítulo menciona as pesquisas de Oreiro e Feijó (2010) e Nassif (2006), os autores explanam suas opiniões em relação ao processo de desindustrialização no Brasil.

Oreiro e Feijó classificam o processo de desindustrialização como uma combinação de fatores e não apenas por uma evidência, em seu consenso é preciso analisar vários acontecimentos para definir se existe ou não desindustrialização.

Segundo Rowthorn e Ramaswany (1999) *apud* Oreiro e Feijó (2010) o conceito central de desindustrialização está diretamente ligado à redução da participação da industrial no nível geral de emprego, e Tregenna (2009) *apud* Oreiro e Feijó, complementa essa afirmação dizendo que além do nível de emprego a contribuição da indústria no nível do PIB – Produto Interno Bruto também diminui.

Oreiro e Feijó afirmam após seus estudos que é possível acontecer desindustrialização mesmo com crescimento da produção no setor industrial, pois esse fenômeno não está vinculado à estagnação ou queda da produção, ele se caracteriza com a redução da importância da geração de empregos e de adição de valor na economia por parte do setor industrial. Essa afirmação também avaliza a ideia que se a indústria de uma determinada economia apresenta crescimento, isso não comprova a inexistência de desindustrialização, pois o fator emprego e participação no PIB são fatores importantes e determinantes para constatar tal fenômeno. (Oreiro e Feijó, 2010, p.3).

Em sua pesquisa, Oreiro e Feijó acrescentam o fator re-primarização da pauta de exportações como algo alheio as características do processo de desindustrialização, pois esse fenômeno tende a enfatizar as exportações de *commodities* ou de manufaturas com baixo valor agregado, e caso isso venha acontecer devido à apreciação do câmbio e a utilização comercial de recursos naturais escassos ou não renováveis, esse novo cenário recebe o nome de doença holandesa. Os processos descritos acontecem como uma desindustrialização de forma negativa.

Exportar *commodities* ou manufaturas de baixo valor agregado, no longo prazo, não ajuda no desenvolvimento da economia devido a falta da geração de empregos, desestímulo aos avanços tecnológicos e custo elevado do produto no mercado doméstico, essas exportações tem papel importante no resultado do

Balanço de Pagamentos porque contribuem para que o saldo da Balança Comercial fique superavitário.

As causas da desindustrialização podem ter origem por fatores internos ou externos. Por determinantes internos acontece em especial por dois motivos:

- 1) Mudança na relação entre elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços.
- 2) Crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços.

Oreiro e Feijó classificam como um processo natural na economia a partir de certo nível de renda *per capita* que a desindustrialização de um país aconteça. Isso acontece devido ao aumento da elasticidade renda da demanda por serviços por consequência do desenvolvimento. Em uma maneira mais simples é como se o gosto e preferência das famílias por manufaturados já tivesse sido saciado e agora seu interesse se volta ao setor de serviços, porém os manufaturados ainda fazem parte dos desejos e necessidades das famílias, mas de uma forma mais branda. (Oreiro e Feijó 2010, p. 222).

O desenvolvimento tecnológico faz aumentar a produtividade industrial porém afeta o nível do emprego, onde a participação da indústria no nível de emprego se reduz antes de sua participação no valor adicionado e a participação da indústria no PIB vai dando espaço ao setor de serviços que com o passar do tempo pode apresentar valor maior que o setor industrial.

Em relação aos fatores externos, Oreiro e Feijó apresentam o processo de globalização entre os países como a causa de desindustrialização. Devido à especialização em determinados setores, como manufatureiro, intensivo ou não em trabalho e serviços. A relação de troca entre as economias sana problemas de ordem produtiva, mas afeta o nível de emprego dependendo de qual vai ser a especialização do país. (Oreiro e Feijó 2010, p. 223).

Outro fator que pode comprometer a geração de empregos é a Doença Holandesa, onde a apreciação do câmbio estimula a atividade econômica através dos recursos naturais e não por meio do desenvolvimento, nestas condições o nível de emprego é afetado e a indústria perde sua competitividade no mercado, sua participação no emprego e no valor adicionado se reduz isso ocasiona déficit comercial crescente neste setor e por sua vez o setor não industrial gera superávit comercial crescente. (Oreiro e Feijó 2010, p. 223).

Quando a desindustrialização acontece por intermédio da Doença Holandesa, ela se faz de forma negativa devido à baixa renda *per capita* em relação a países desenvolvidos por motivo do setor industrial ainda não ter alcançado sua total maturidade. O desenvolvimento não aconteceu de forma satisfatória e nem na capacidade que a indústria comporta, o setor para de se desenvolver com deficiências na competitividade, este processo é conhecido como desindustrialização precoce. (Oreiro e Feijó 2010, p. 223).

Em suas pesquisas Oreiro e Feijó se depararam com opiniões distintas sobre o assunto. No modelo neoclássico de crescimento, no longo prazo, é indiferente qual setor (indústria, agricultura ou serviços) originou a unidade de valor adicionado, essa unidade tem o mesmo peso para economia independente de onde foi gerada. Neste modelo a desindustrialização é irrelevante devido o crescimento de longo prazo ser originado pela acumulação de fatores e do progresso tecnológico, independentemente do setor gerador dos mesmos. (Oreiro e Feijó 2010, p. 223).

Quando se trata de pensamentos heterodoxos o aprofundamento a detalhe é evidente, neste modelo se dá profunda importância a setores específicos de geração de valor adicionado. Para esses pensadores a indústria tem papel fundamental no crescimento de longo prazo em economias de regime capitalista e Oreiro e Feijó, defendem essa afirmação com os seguintes argumentos:

- (i) Os efeitos de encadeamento para a frente e para trás na cadeia produtiva são mais fortes na indústria do que nos demais setores da economia.
- (ii) A indústria é caracterizada pela presença de economias estáticas e dinâmicas de escala, de tal forma que a produtividade na indústria é uma função crescente da produção industrial. Esse fenômeno é conhecido na literatura econômica como “lei de Kaldor-Verdoorn”.
- (iii) A maior parte da mudança tecnológica ocorre na indústria. Além disso, boa parte do progresso tecnológico que ocorre no resto da economia é difundido a partir do setor manufatureiro.
- (iv) A elasticidade renda das importações de manufaturas é maior do que a elasticidade renda das importações de *commodities* e produtos primários. Dessa forma, a “industrialização” é tida como necessária para aliviar a restrição de balanço de pagamentos ao crescimento de longo prazo. (Oreiro e Feijó 2010, p. 224).

Após analisar estes argumentos Oreiro e Feijó concluem que para o pensamento heterodoxo a indústria é um setor especial, pois é fonte de retornos crescentes de escala, importantíssimo no longo prazo, e é por meio da indústria que o progresso tecnológico aparece, sendo criado nela ou difundido através dos produtos manufaturados por ela produzidos. Outro fator importante é em relação ao

setor externo, pois ajuda a relaxar as restrições externas que afetam o crescimento de longo prazo. (Oreiro e Feijó 2010, p. 224).

Conforme a importância colocada pelo pensamento heterodoxo em relação à indústria, para esses pensadores o fenômeno de desindustrialização é um efeito negativo para o crescimento de longo prazo, pois causa redução na geração de retorno crescente, afeta o progresso tecnológico e aumenta a restrição externa que afeta o crescimento. (Oreiro e Feijó 2010, p. 224).

Na sequência os relatos se referem aos estudos de Nassif (2006). O período de estudos mencionado por Nassif tem início na década de 1990 em especial na segunda metade da mesma, para Nassif a abertura comercial deste período fez com que as exportações de *commodities* combinadas com a apreciação da moeda doméstica frente ao dólar aparentassem uma reprimarização da pauta de exportações brasileira. Esse ocorrido teria origem na mudança no regime de substituição de importações na década de 1990, combinado com mudanças institucionais em relação à liberalização comercial e financeira do país.

Para Nassif o processo de desindustrialização não é considerado negativo no que diz respeito a crescimento de longo prazo e nem em relação ao bem estar da sociedade, ele avalia esse fenômeno como consequência da trajetória natural do desenvolvimento econômico das economias capitalistas.

No consenso entre Nassif e os autores por ele pesquisados ele deduz que o processo de desindustrialização não é algo errado que aconteceu no percurso, e sim, um processo natural e inevitável advindo dos avanços tecnológicos que reduzem a quantidade de trabalhadores no setor industrial e barateiam os custos de mão de obra, essa mudança no perfil da fábrica com volume excessivo de trabalhadores na linha de produção para uma linha produtiva apoiada em tecnologia resulta em manufaturas com menor custo final produzidas em menor quantidade de tempo.

Nassif olha para essa mudança na produção como algo natural em relação aos avanços tecnológicos, pois isso não quer dizer que a indústria está produzindo menos e sim que ela precisa de menor quantidade de mão de obra para produzir e é nesta mudança que o autor encontra resposta sobre a redução da participação da indústria no nível de emprego e enfatiza que mesmo com essa redução a indústria ainda é a principal fonte de progresso tecnológico. (Nassif, 2006, p. 9).

Fator muito importante no fenômeno de desindustrialização é a especialização dos países em produtos intensivos em capital e tecnologia, essa especialização que chamamos de vantagens podem ser de ordem competitiva ou comparativa, fazem com que os produtos importados se propaguem pelo mundo afetando a produção no país onde entra de uma maneira que a produção doméstica em alguns casos não tenha condições de fornecer o mesmo produto com preço e qualidade competitivos aos dos importados, os países importadores neste caso são chamados por Nassif como poupadores de mão-de-obra. (Nassif, 2006, p.10).

Um argumento muito importante citado por Nassif é a questão da renda *per capita*, o valor desta renda tem valores inversamente proporcionais com a participação da indústria no PIB, ou seja, quando uma economia começa a se desenvolver e a renda *per capita* aumenta, a participação da indústria no PIB diminui. Segundo Nassif quando uma economia atinge o valor de US\$ 8.300,00 de renda per capita a preço de paridade internacional de poder de compra, a desindustrialização começa a atuar. (Nassif, 2006, p.10).

Nassif não visualiza a desindustrialização como um fenômeno negativo e sim como processo natural de economias em desenvolvimento, onde a indústria perde para o setor de serviços na participação no PIB e nível de emprego, mas para Nassif, isso não significa que a indústria está produzindo menos e sim que a produção não necessita mais de tanta mão de obra. O autor também qualifica os produtos importados advindos de economias poupadoras de mão de obra e intensivas em tecnologia ou capital como complemento na responsabilidade em relação ao fenômeno de desindustrialização.

Nassif encontra uma relação no retrocesso da indústria na década de 1980, mas o vincula a período de altas taxas de inflação e estagnação econômica da década perdida. Nassif faz um alerta em relação ao longo prazo sobre a valorização da moeda doméstica frente ao valor do dólar como um possível fator desencadeador de desindustrialização precoce no que diz respeito ao caso brasileiro, este que é o tema da próximo capítulo, onde se apresenta um confronto das pesquisas entre Oreiro e Feijó e Nassif e dados mais recentes sobre a desindustrialização.

### 3 O CASO BRASILEIRO

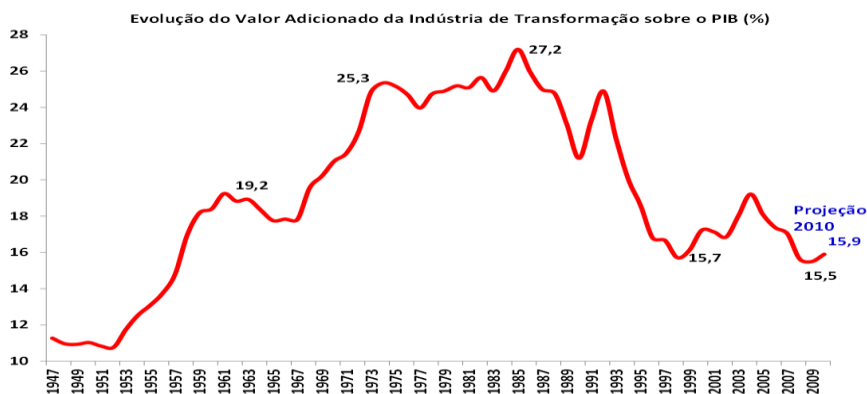
No Brasil o processo de industrialização aconteceu a partir de 1930 com a finalidade substituição de importações e a partir da década de 1970 passou por uma revolução em sua estrutura produtiva com resultados de superação diante o reinado absoluto da agricultura. Neste cenário a indústria se transformou no setor com grande geração de emprego e de participação no PIB. Mesmo com a tecnologia sendo implantada no setor industrial, este sempre foi gerador de empregos em sua trajetória até o século XX.

A participação do setor industrial no produto é uma característica forte da importância da indústria na economia do país, porem ao longo do tempo a indústria oscilou sua participação no PIB devido a taxas de câmbio, preço das *commodities* e taxas de juros entre outros. Segundo o DIEESE “Juros e *commodities* seriam, então, os primeiros responsáveis pela perda de competitividade da indústria de transformação.” (Nota Técnica 2011, p.7).

O DIEESE fornece no gráfico 2 a trajetória da participação da indústria no PIB do período de 1947 a 2009 com projeção para 2010. Os dados demonstram que a partir da década de 1990 a participação não conseguiu mais alcançar os valores anteriores que até meados da década de 1980 chegou a 27,2 % e até esta data a linha de tendência foi de alta. Após esse período a tendência foi de queda na participação do PIB registrando 15,5 % no ano de 2009.

GRÁFICO 2: A Indústria de Transformação

#### A Indústria de Transformação diminuiu sua participação no PIB nacional



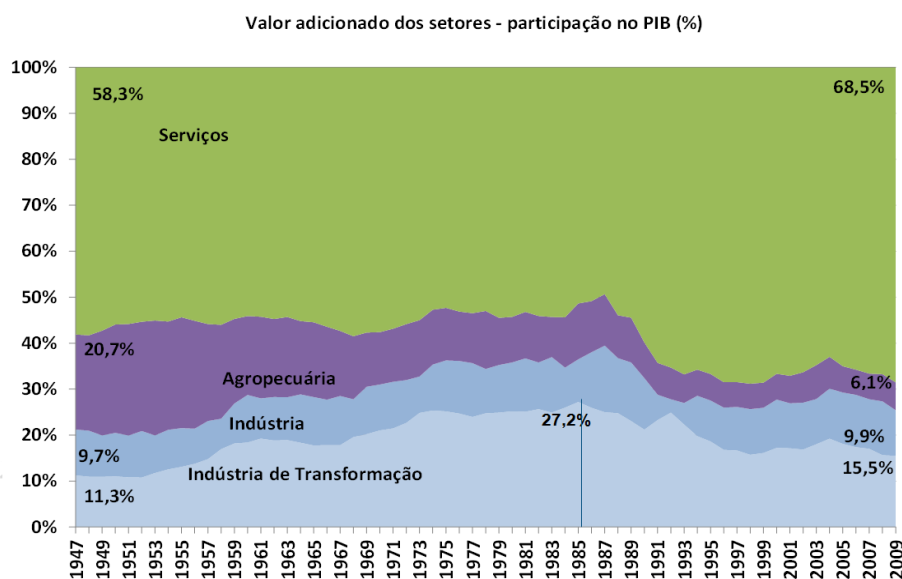
Fonte: IBGE *apud* Nota Técnica DIEESE.

Os dados dispostos no gráfico demonstram de forma percentual e com intervalo anual a participação da indústria de transformação no PIB e a trajetória apresenta redução desta participação no produto.

O gráfico 3 compara a participação no PIB entre os setores de Serviços, Agricultura e Industrial.

GRAFICO 3: O Setor de Serviços

### Enquanto o setor de serviços expandiu fortemente sua participação no PIB



Fonte: IBGE *apud* Nota Técnica DIEESE.

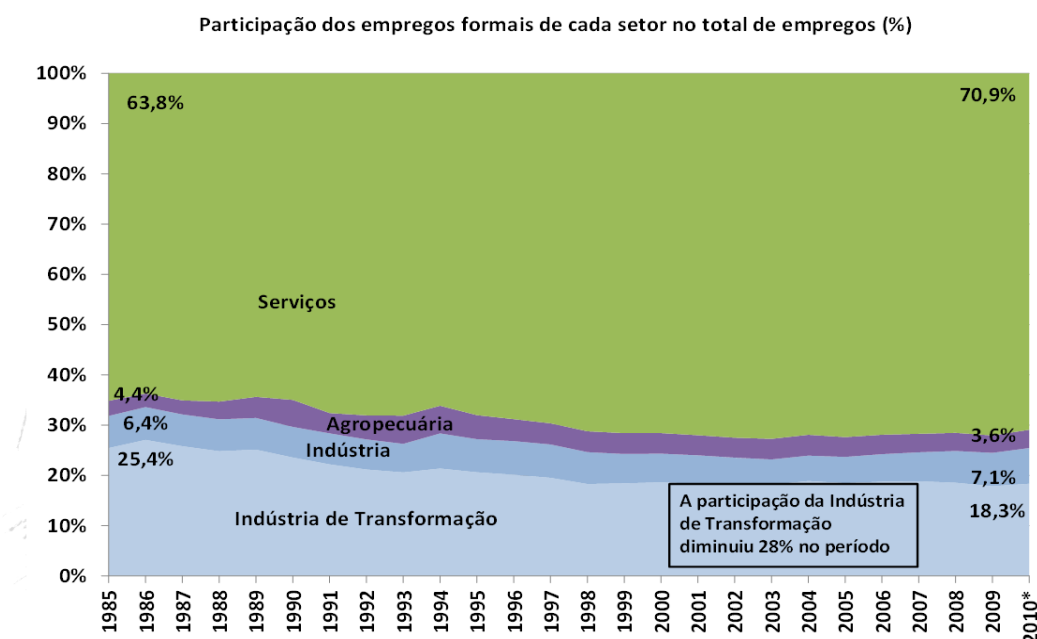
O setor de serviços sempre apresentou bons resultados na participação no produto, porém vem ganhando espaço nos últimos anos devido à tecnologia e a automatização na produção industrial terem reduzido a quantidade de mão de obra na linha de produção. No último ano dos dados do Gráfico 3, 2009, o setor de serviços apresentou 68,5% a agropecuária contribuiu com 6,1% e a indústria geral, com 25,4%. Isoladamente, a indústria de transformação adiciona 15,5% à riqueza produzida. Ao longo dos anos o setor de serviços foi o que mais ganhou espaço entre os setores mencionados.

O Gráfico 4 mostra que em especial a partir de 1985 o nível de emprego no setor de serviços cresceu 11% e a indústria de transformação reduziu o nível de emprego em 28%, mas na indústria de um modo geral a crescimento também foi de 11% e no setor agropecuário as variações foram negativas porém muito pequenas. (Nota Técnica DIEESE 2011, p. 9).

Em relação ao nível do emprego a trajetória também se apresenta declinante e a cada ano o setor industrial vem perdendo volume em relação ao número de empregos gerados no setor de serviços.

GRÁFICO 4: A Indústria e o Nível de Emprego

### **A participação do emprego da Indústria de Transformação também diminuiu**



Fonte: MTE. Caged *apud* Nota Técnica DIEESE.

Após realizar comparação entre os gráficos a trajetória dos acontecimentos entre os setores pesquisados pode ser facilmente interpretada. Quando a indústria nasce e começa a tomar forma e espaço aparece então o tamanho de sua importância, substituir as importações foi o processo principal para que este setor pudesse ocupar o lugar cativo do setor agropecuário no topo da economia doméstica.

Quando a indústria além de suprir a demanda interna se abre para a exportação, ela cria uma grande necessidade de crescer e de se desenvolver simultaneamente. Após a migração do trabalhador do campo para a indústria, acontece agora um novo êxodo por motivo dos avanços tecnológicos, o perfil da indústria automatiza a mão de obra e o trabalhador migra para o setor de serviços.

Cano destaca um detalhe sobre a importância da indústria, que mesmo perdendo para o setor de serviços no nível de emprego carrega uma

responsabilidade enorme perante todo o ciclo econômico, todos os setores sejam eles agropecuários ou serviços dependem de manufaturas produzidas na indústria. O perfil urbano da sociedade é dependente do setor agropecuário para o sustento das famílias e a agricultura depende dos avanços tecnológicos da indústria para ter acesso a máquinas e insumos para produzir em proporção a atender esta demanda urbana. (Cano, 2012, p. 3).

Para Cano está ocorrendo desindustrialização de forma precoce e nociva na economia brasileira e ele defende esta afirmação da seguinte maneira:

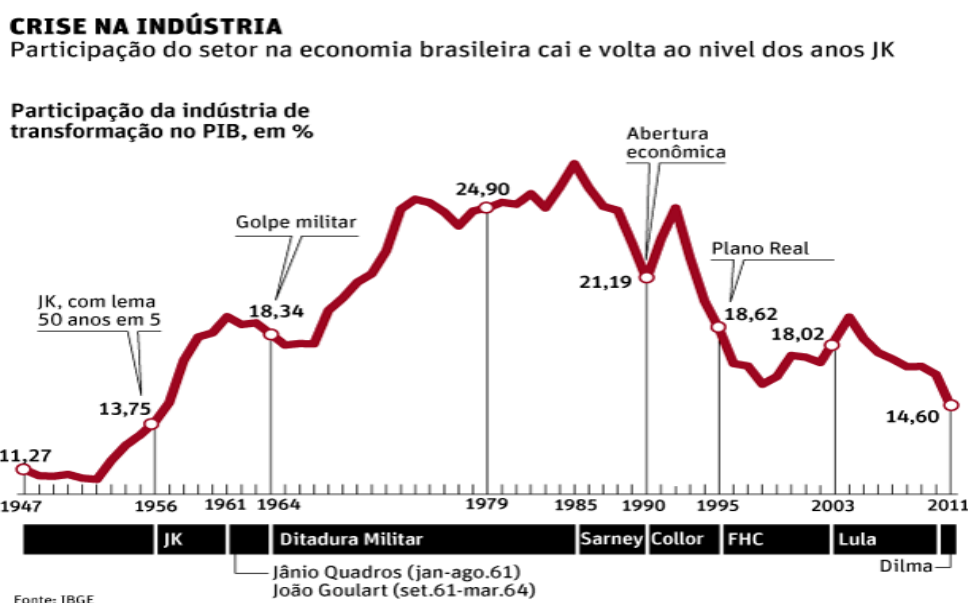
- 1) Como principal causa ele visualiza a política cambial desde a implantação do Plano Real juntamente com a liberalização comercial e as políticas de estabilização que fizeram valorização do câmbio que na visão do autor funciona como uma espécie de “âncora dos preços” até o presente momento.
- 2) Depois de todo o protecionismo que atrasou o desenvolvimento da indústria aconteceu uma abertura comercial desregrada a partir do governo Sarney, mas em especial a partir do governo Collor onde a indústria doméstica ficou vulnerável e sem poder de competitividade frente às manufaturas importadas.
- 3) Taxa de juros elevada a um patamar onde o investimento é desestimulado e só acontece em casos muito necessários, caso contrário o parco lucro devido à pesada carga tributária era direcionado a aplicações e não em investimentos. Segundo Cano “Uma indústria que não investe envelhece, torna-se, em parte, obsoleta...” esse fenômeno faz com que o crescimento e o desenvolvimento do setor industrial fiquem completamente comprometidos. (Cano 2012, p. 4).
- 4) Redução dos investimentos estrangeiros diretos na indústria de transformação, Cano apresenta dados do Banco Central que demonstram IDE de US\$ 25 bilhões no período de 1990 a 1995 e caiu para US\$ 8,5 bilhões no período de 1996 a 2010. (Cano 2012, p. 4).  
A consequência desta redução foi a migração destes recursos estrangeiros para países como a China onde o custo da mão de obra é muito baixo e a produção é intensiva em tecnologia, o resultado nos afeta em redução nas exportações de manufaturas, pois o mercado doméstico

não consegue acompanhar o preços de produtos acabados nessas condições de trabalho e entrada maciça de produtos importados.

- 5) Desaceleração do mercado mundial devido à crise a partir de 2007, onde a retomada se faz com o desejo de exportar muito para recuperar as perdas.

Noticias recente apresentam dados compilados pelo IBGE mostrando o resultado dos argumentos de Cano sobre o processo de desindustrialização, segundo a comparação realizada pelo jornal Folha de São Paulo, a participação da indústria no PIB no momento atual recuou a níveis próximos ao período do governo JK. A figura 1 apresenta a trajetória e informa a linha do tempo com vários detalhes como ano, acontecimentos marcantes e governo. Os dados dispostos nesta figura são semelhantes aos do gráfico 2, porém a figura apresenta a trajetória com riqueza de detalhes e até 2011, e o gráfico 2 somente até 2009.

FIGURA 1: Crise na Indústria.



Fonte: Folha de São Paulo.

O período de 1950 a 1980 pode ser classificado como período de constituição e consolidação da indústria, onde após passar pelo processo de substituição de importações é a indústria pesada que assume a responsabilidade de ir em frente. O processo de formação industrial brasileiro não aconteceu de forma natural e espontânea, foi um processo necessário, intencional e com volumosa intervenção estatal causadora de visíveis mudanças na estrutura produtiva brasileira.

Nassif define o período de 1985 a 1990 como crítico, onde ocorreram mudanças significativas na forma de contabilizar as contas nacionais, fortes mudanças na relação entre o Brasil e o resto do mundo no quesito importação e exportação e proteção do mercado interno e período de altas taxas de inflação. Em sua concepção tais mudanças na economia afetam o real estado da participação da indústria do PIB e no emprego, mas não se pode afirmar que tenham características de desindustrialização, e não se convence da existência de um parâmetro adequado para comparar estes níveis com outros períodos. (Nassif 2006, p.19).

Para Oreiro e Feijó mesmo com todas as mudanças ocorridas no período a queda de 12 % é muito alta e não se justifica com nenhum critério, em seus estudos os autores conceituam a redução da participação da indústria de transformação no PIB de 32,1% em 1986 para 19,7% em 1998 como fenômeno de desindustrialização classificado como negativo, devido a inserção tecnológica que a indústria realiza que fica comprometida com sua redução de nível. (Oreiro e Feijó 2010, p.225).

O confronto entre as opiniões de Nassif e Oreiro e Feijó indicam que apuraram as mesmas causas e comungam da mesma ideia sobre o desenvolvimento tecnológico, a abertura comercial e a taxa de câmbio, porém analisam o resultado de forma contrária. Nassif não ficou convencido sobre o processo de desindustrialização no caso brasileiro devido a mudanças ocorridas na estrutura econômica durante o período de seus estudos. Oreiro e Feijó apontam tais mudanças como causas propulsoras do acontecimento e classificam o processo de desindustrialização no Brasil como existente e apontam preocupação com o longo prazo devido às taxas de câmbio atrativas para a exportação de *commodities*.

Oreiro e Feijó concluem que no período de 1986 – 1998 o Brasil passou por um período de desindustrialização com redução da participação da indústria no PIB. Em função das mudanças da forma de apuração do IBGE nas contas nacionais em 2007, para esses autores não foi possível evidenciar a continuidade deste fenômeno a partir desta data. Nos últimos 15 anos os valores registrados pela taxa de crescimento da indústria de transformação sugerem que este processo continuou.

Bonelli e Pessoa analisam esse processo de redução na participação da indústria no PIB de outra maneira, os autores vinculam essa desaceleração com momentos de crise macroeconômica, sugerem que isso ocorreu durante o período de 1994-2002 e que de 1990-1995 o causador do resultado descendente foi a mudança nos cálculos do PIB pelo IBGE, e dentro deste período de 1990-1992

também ressaltam a abertura comercial como agente causador da redução da participação industrial no produto agregado. (Bonelli e Pessoa, 2010, p. 8).

No que diz respeito ao nível de emprego, em 1992 a indústria empregava 12,8% dos trabalhadores ocupados formalmente e passou para 14,4% no ano de 2008, esses dados foram obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD. (Bonelli e Pessoa, 2010, p.9).

Para Bonelli e Pessoa as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo fenômeno de substituição das importações onde o Brasil avançou seu processo industrial em proporção significativamente maior do que o normal para seu patamar socioeconômico da época, o país se “sobre industrializou” e na década de 1990 voltou a normalidade com base em parâmetros internacionais, de uma maneira mais simples, os autores acreditam que a desindustrialização no Brasil, em termos relativos, não existiu. (Bonelli e Pessoa, 2010, p.10).

Em relação ao comércio internacional, o efeito China também pode ser colocado entre os agentes causadores da redução da participação do setor industrial no PIB, a China concorre diretamente com os produtos manufaturados domésticos em relação a preço devido sua postura diante da crise, onde manteve seu câmbio nominal frente ao dólar em momentos de desvalorização e de apreciação das moedas. Quando a crise foi amenizada e as moedas foram se apreciando frente ao dólar e também do Yuan, o Brasil teve vantagens com a alta das *commodities*, e a China por sua vez voltou suas exportações de manufaturas para economias emergentes competindo diretamente com as manufaturas brasileiras. (Bonelli e Pessoa, 2010, p.11).

Em setembro de 2011 o Jornal Valor Econômico divulga preocupação da indústria siderúrgica em relação à desindustrialização no Brasil devido ao aumento das exportações de matérias primas para a China e a redução das manufaturas que passou de 55% em 2005 para 39% em 2010. O jornal aponta dados apurados pelo Instituto Latino Americano de Ferro e Aço, (ILAFA), a participação da indústria manufatureira na economia brasileira, que chegou a ser de 19,2% em 2004 e caiu para 15,8% no ano de 2010.

Segundo relatório do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 22 de junho, as *commodities* representaram 46% do total das exportações brasileiras entre abril de 2010 e abril de 2011, contra 22% em 2000. A exportação de minérios, principalmente minério de ferro em estado bruto pela Vale, representou

mais de 50% do total das *commodities*, e o seu principal destino foram os países da Ásia (29,7% a China).

A exportação de produtos manufaturados caiu de 58% em 2006 para 38% do total, de acordo com relatório da FIESP de março deste ano, o saldo da balança comercial de produtos manufaturados teve um déficit de US\$ 70,9 bilhões em 2010, duas vezes maior do que o registrado em 2009. As importações de produtos manufaturados cresceram para 54% do total; 97,5% das importações brasileiras da China em 2010 foram de bens manufaturados e 100% das máquinas e equipamentos industriais vieram da China, Coreia do Sul e Alemanha.

Mesmo com a cautela dos autores pesquisados em afirmar ou não a existência de desindustrialização no Brasil, os dados atuais indicam que a falta de competitividade tecnológica combinada com a facilidade de exportar *commodities* com preços atrativos, demonstram a escolha em importar manufaturas produzidas muitas vezes com nossos próprios produtos in natura, como por exemplo, o aço. Exportar *commodities* acaba sendo a opção do momento para sanar déficits do Balanço de Pagamentos devido a deficiências em acumular poupança interna.

Esse ciclo virtuoso de exportar *commodities* e importar manufaturas de origem dos países intesos em tecnologia, no longo prazo, pode comprometer o setor industrial brasileiro, que por desestímulo ao investimento e desenvolvimento terá como resultado mais atrasos tecnológicos tornando sua falta de competitividade frente a outras economias ainda mais frágil.

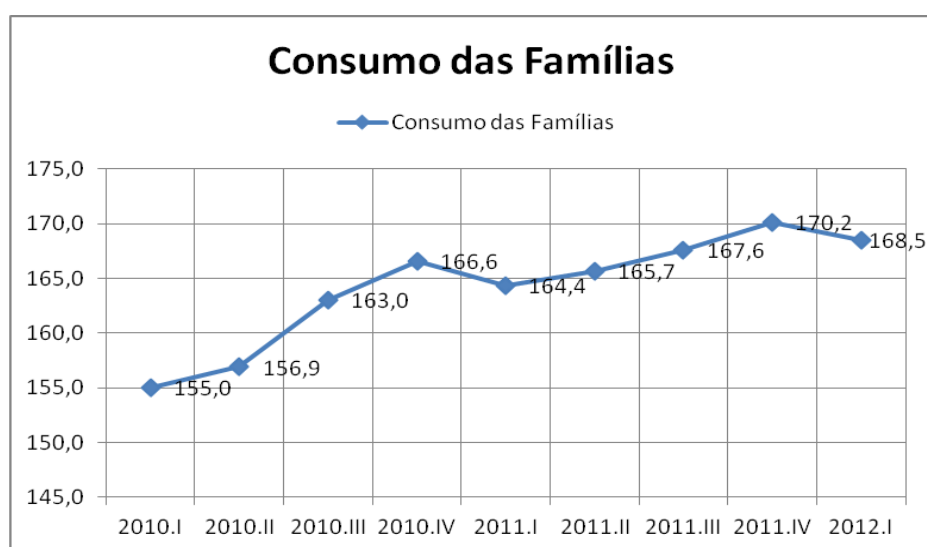
Mesmo com um momento especial na exportação de *commodities*, é extremamente necessário estimular a indústria nacional, que por sua vez se aumentar sua capacidade tecnológica se tornando mais competitiva internacionalmente, trará benefícios a todas as cadeias produtivas por ela movimentadas, gerando emprego e valor agregado tanto no setor industrial quanto nos outros setores, e o resultado final também pode aparecer com menor percentual de lucro enviado ao exterior.

Em certos períodos é possível combinar os acontecimentos e os fatores e convertê-los em processo de desindustrialização, em momentos de mudanças nas estruturas econômicas segundo Nassif (2006), não foi possível evidenciar esse fenômeno, pois foi amparado com vários argumentos opiniões contrárias e

favoráveis ao processo de desindustrialização. É fato que todos os autores consultados têm preocupação com o longo prazo porem não encontram consenso em relação a existência do processo de desindustrialização no Brasil.

Dentre as pesquisas também é consenso entre os autores que o fato da indústria se apresentar, por períodos, perdendo espaço para o setor de serviços na geração de emprego, isso não identifica que a indústria está se retraindo, isso acontece devido à mudança no cenário do setor industrial onde os avanços tecnológicos reduzem a necessidade de mão de obra nas linhas de produção.

GRÁFICO 5: Consumo das Famílias



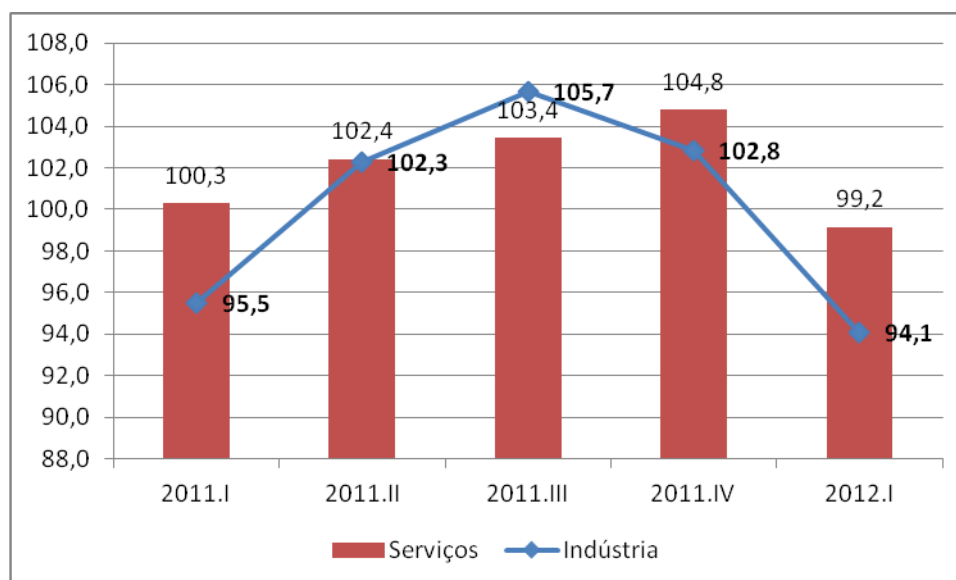
Fonte: IBGE

Os dados do gráfico 5 foram coletados na Série de Contas Nacionais do IBGE e estão disposto na forma de índice de volume trimestral a partir do início do ano de 2010 até o primeiro trimestre do ano de 2012. A trajetória do gráfico demonstra que o consumo das famílias se apresenta de forma ascendente em sua maioria, ajudando a explicar o aumento da participação do setor de serviços no PIB.

A mesma série de contas nacionais apresenta dados recentes e trimestrais sobre a evolução no volume de atividades do setor de serviços e do setor industrial. No gráfico 6 está disposta a evolução do período de 2011 ao primeiro trimestre de 2012 em volume trimestral, onde se observa tendência de queda nas atividades do setor industrial em relação ao setor de serviços. O setor de serviços apresenta índices mais elevados no ultimo trimestre de 2011, porem o maior índice de volume no gráfico pertence à indústria no terceiro trimestre de 2011.

GRÁFICO 6: Atividade na Indústria e Serviços.

## ÍNDICE DE VOLUME TRIMESTRAL DA INDÚSTRIA E SERVIÇOS



Fonte: IBGE.

Quando o setor agropecuário cedeu seu espaço à indústria nascente, não existiu uma preocupação tão grande porque a inserção da indústria na economia nacional traria benefícios à agricultura com o desenvolvimento de máquinas e equipamentos que facilitariam a produção no campo. No momento atual quando a indústria perde espaço para o setor de serviços não se tem o mesmo cenário, pelo contrário, caso não haja estímulos no setor industrial para continuar o desenvolvimento tecnológico, no longo prazo o setor de serviços também será prejudicado, pois o mesmo depende das manufaturas produzidas na indústria para se manter.

Existem opiniões (Bonelli e Pessoa) que defendem o aumento da participação do setor de serviços no nível de emprego devido alocar mão de obra não especializada, diferente da indústria que cada vez mais necessita de pouca mão de obra, porém com especialização. A aceitação de mão de obra não especializada no setor de serviços, ajuda a reduzir a taxa de desemprego, este fator é positivo e incrementa o ciclo econômico mantendo o consumo das famílias em alta e equilibra a redução da participação da indústria no nível de emprego devido à inserção da tecnologia.

O processo de desindustrialização é um fenômeno natural em economias desenvolvidas, no caso brasileiro é preciso acompanhar a entrada de capital estrangeiro em função da especulação na exportação de *commodities*.

Para manter o ciclo econômico em equilíbrio é preciso que o Estado mantenha o setor industrial ativo com programas e estímulos ao desenvolvimento e investimentos no setor. Quanto maior o desenvolvimento nesta área, maiores serão as chances de competição das manufaturas domésticas com as manufaturas importadas. O desenvolvimento do setor industrial é benéfico para toda cadeia produtiva devido à propagação de tecnologia que este setor realiza.

Exportar *commodities* é uma atividade muito importante para a economia, mas manter o setor industrial “vivo” é essencial para o equilíbrio tecnológico de todos os setores no longo prazo.

## CONCLUSÃO

Dentre as considerações feitas sobre a importância da indústria na economia segundo Oreiro e Feijó (2010), mesmo perdendo espaço na participação do nível de emprego e geração de valor no PIB, o setor industrial é o responsável pela propagação dos avanços tecnológicos para várias cadeias produtivas. A indústria além de propagar a tecnologia também é responsável por parte das pesquisas no campo tecnológico e implantação de novos sistemas que a cada dia produzem mais utilizando menos recursos.

O desenvolvimento tecnológico brasileiro no setor industrial foi comprometido pelo excesso de protecionismo e desestímulo de investimento direto estrangeiro no setor privado, voltado inicialmente ao Estado para a formação das estatais.

Esse atraso nos avanços tecnológicos combinado por períodos de recessão, crises econômicas, sejam domésticas ou internacionais, e taxas de câmbio fora do equilíbrio, forçam a aparição do processo de desindustrialização de forma precoce, pois caso a indústria doméstica estivesse operando com maior capacidade gerada pelo desenvolvimento, este fenômeno seria cronologicamente aceito como fato natural causado pelo aumento da renda per capita e não pela opção de exportar commodities devido à apreciação da moeda.

O caso brasileiro passou por mudanças significativas durante a análise da participação da indústria no PIB e no nível do emprego, porém Oreiro e Feijó em consenso afirmam que no período de 1986 -1998 ocorreu o processo de desindustrialização no Brasil tendo o setor de serviços superado os valores do setor industrial no período descrito.

Os períodos seguintes não apresentam evidências comparativas que possam afirmar a presença da desindustrialização devido a mudanças na maneira de cálculo por parte do IBGE na forma de mensurar os valores das contas nacionais. A instituição dos planos de combate à inflação por meio de Âncora Cambial, Metas de Inflação e geração de superávit primário também alteraram o cenário fazendo com que os parâmetros atuais não pudessem ser comparados a parâmetros anteriores a estas mudanças.

É consenso que o setor industrial surgiu por necessidade e sua trajetória foi guiada pelas necessidades de cada período, como a substituição de importações,

captar os recursos gerados pela agricultura cafeeira, suprir demanda interna devido a crises geradas pela guerra, formação da indústria pesada e por fim a mudança do padrão de intensa necessidade de mão de obra para polo industrial poupador de mão de obra devido aos avanços tecnológicos introduzidos na linha de produção.

Os agentes causadores do processo de desindustrialização segundo Oreiro e Feijó (2010) podem ser internos ou externos, os internos correspondem à mudança na relação entre elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços. Os agentes externos são a globalização, relação comercial entre os países especializados onde dependendo da produção intensiva em trabalho ou capital, afetam o mercado doméstico por falta de competitividade na qualidade e nos preços dos produtos importados advindos destas economias e as crises mundiais que afetam o valor da moeda doméstica frente ao dólar, podendo tornar mais atrativo exportar *commodities* e importar manufaturas em períodos de desequilíbrio econômico.

Existe consenso entre os autores pesquisados sobre a necessidade de estímulo a continuidade do desenvolvimento do setor industrial para manter o equilíbrio no longo prazo, porém reina o dissenso entre Oreiro e Feijó (2010) e Nassif (2006) sobre o assunto em questão evidenciando que o desfecho sobre o processo de desindustrialização ainda necessita de mais estudos e pesquisas para que se chegue a uma conclusão definitiva se este fenômeno está ocorrendo ou não no momento atual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAER, Werner; **A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil/** Tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. – 6 ed. – Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1985.

BONELLI, Régis e PESSOA, Samuel, “**Desindustrialização no Brasil: Um Resumo da Evidência**”, Centro de desenvolvimento econômico, Ibre-FGV, TD maio de 2010,

<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=8A7C8233253AEA0A01253B17F4990DE9&contentId=8A7C823328345192012888D82A0536E4>

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1983**; 14 ed. – São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

CANO, Wilson; **A Desindustrialização no Brasil**; Texto para Discussão 200; Instituto de Economia UNICAMP; São Paulo, 2012.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Pires de; **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**; 4 ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2008.

DIEESE Nota Técnica **Desindustrialização: conceitos e a situação do Brasil**. Número 100. Junho 2011.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, R. / **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo. Atlas 2011.

FURTADO, Celso; **Formação Econômica do Brasil**; 34 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NASSIF, André. **Há evidências de desindustrialização no Brasil? . Econ. Polit. vol.28 no. 1 São Paulo Jan./Mar. 2008** <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572008000100004>

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmen A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro** - Rev. Econ. Polit. vol.30 no. 2 São Paulo Apr./June 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>

SERRA, José; **Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia do Pós-Guerra** – Ver. Econ. Polit. Vol.2/2 no. 6. São Paulo Abril/Junho 1982. [http://geein.fclar.unesp.br/bibliografia/ciclos\\_e%20\\_mudancas\\_estruturais.pdf](http://geein.fclar.unesp.br/bibliografia/ciclos_e%20_mudancas_estruturais.pdf)

CORRÊA Luiz Augusto, Verdades sobre a "desindustrialização" do Brasil <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/2/materia/284531> acesso em 26/11/11 10h58min.

Valor online. Siderúrgicas apontam desindustrialização no Brasil. <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2011/09/12/siderurgicas-pontam-desindustrializacao-no-brasil.jhtm> acesso em 26/11/11 10:42

IBGE- Contas Nacionais -  
ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\_Nacionais/Contas\_Nacionais\_Trimestrais/Fasciculo\_Indicadores\_IBGE/pib-vol-val\_201201caderno.pdf. Acesso em 23/08/2012 às 10:00 horas.

IPEA – Séries Históricas: <http://www.ipea.gov.br/portal/> Acesso em 23/08/2012 às 10h00min horas.